

À sombra do outro: os universos de discurso e os seus critérios de delimitação

Filipe Almeida Gomes*

Carlos Alberto Faraco**

Resumo

O presente trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa “A obra de Eugenio Coseriu: discursos e práticas sociais” (UFPR), em que se buscou, a partir das considerações do linguista romeno, desenvolver uma reflexão sobre o discurso enquanto objeto de ensino. Nessas condições, este texto explora a questão dos universos de discurso, por vezes denominados “campos de criação da cultura”, “campos de utilização da língua”, “esferas de atividade humana”, “esferas ideológicas”, “domínios discursivos” etc. Considerando a ampla difusão do entendimento de que nossos discursos carregam consigo marcas atinentes aos diferentes universos que eles integram – entendimento exposto até mesmo em documentos de parametrização da educação básica, como é o caso, no Brasil, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, o objetivo é responder à seguinte questão: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? Para formular uma resposta, o presente texto, inicialmente, apresenta a reflexão de Eugenio Coseriu. Em seguida, por reconhecer certa fragilidade no raciocínio de Coseriu, este trabalho lança mão da reflexão do filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban. Ao fim, sem desconhecer os fundamentos epistemológicos da reflexão de Urban, fica assumida a ideia de que, por passar pela questão dos valores, o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro.

Palavras-chave: axiologia; Eugenio Coseriu; universos de discurso; valores; Wilbur Marshall Urban.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7356-3128>.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5509-9560>.

In the shadow of the other: the universes of discourse and their delimitation criteria

Abstract

This study is one of the results of the research project “Eugenio Coseriu’s work: discourses and social practices” (UFPR), in which we sought to develop a reflection on discourse as an object of teaching, based on the considerations of the Romanian linguist. Under these conditions, this text explores the issue of universes of discourse, sometimes called “areas of ideological creation”, “fields of cultural creation”, “areas of human activity”, “spheres of communication”, “spheres in which language is used”, “domains of discourse” etc. Considering the widespread understanding that our discourses carry with them marks pertaining to the different universes they themselves integrate – an understanding exposed even in documents parameterizing basic education, as is the case, in Brazil, of the National Common Curriculum Base (BNCC) –, the objective is to answer the following question: what criteria would it be possible to use to establish the distinction between the different fields/domains/spheres/universes in which discourses are manifested? In order to formulate an answer, this text initially presents the reflection of Eugenio Coseriu. Then, recognizing a certain weakness in Coseriu’s reasoning, this work uses the reflection of the North American philosopher Wilbur Marshall Urban. In the end, without ignoring the epistemological foundations of Urban’s reflection, the idea is assumed that, by virtue of touching on the question of values, the criterion for delimiting each universe of discourse is the other.

Keywords: axiology; Eugenio Coseriu; universes of discourse; values; Wilbur Marshall Urban.

Recebido em: 15/03/2025 // Aceito em: 18/11/2025

Considerações preliminares

Nessa terceira década do século XXI, parece muito bem estabelecido o entendimento de que os diferentes atos discursivos do ser humano estão diretamente relacionados às suas diferentes práticas sociais. Em outras palavras, parece bem estabelecido o entendimento de que nossos discursos – ou, se se quiser, nossos enunciados – carregam consigo marcas atinentes aos diferentes campos de criação da cultura em que os inscrevemos, tais como a arte, a ciência, o cotidiano e a religião.

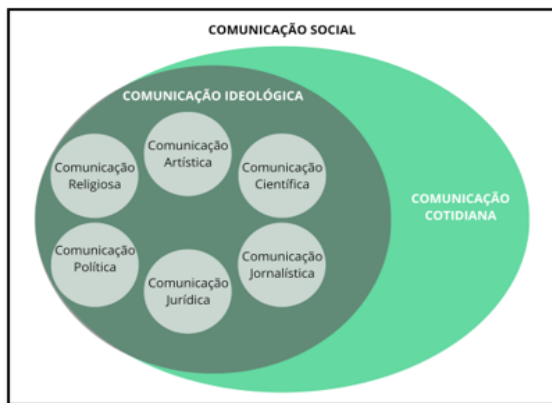
Em termos gerais, como bem lembrado pelo linguista russo Lev P. Iakubínski (2015), é possível observar o germe desse entendimento tanto em Aristóteles – especialmente, no vigésimo segundo capítulo da Poética – quanto em Wilhelm von Humboldt – sobretudo, no texto “Caráter das línguas: poesia e prosa”. Em Aristóteles, esse entendimento começa a aparecer quando o estagirita deixa ver uma incipiente distinção entre uma *linguagem cotidiana* – comum, corrente, coloquial –, que se caracteriza pela clareza e pela banalidade, e uma *linguagem poética*, que precisaria buscar a não banalidade sem renunciar à clareza (cf. Aristóteles, 2017, p. 175-185). Em Humboldt, esse entendimento inicia sua aparição quando o filósofo assume que “a ciência, em termos restritos, exige a vestimenta prosaica e apenas por acaso uma vestimenta poética será parte dela” (Humboldt, 2021, p. 295).

Em terras brasileiras, certamente, a consolidação desse entendimento passa pelas contribuições do grupo de estudiosos russos tradicionalmente denominado “Círculo de Bakhtin”, entre os quais se destacam as figuras de Mikhail M. Bakhtin [1895-1975], Pável N. Medviédov [1891-1938] e Valentin N. Volóchinov [1895-1936].

Como se sabe, Volóchinov e Medviédev desenvolveram pesquisas no Instituto de História Comparada das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente (ILIAZV). Mais precisamente, desenvolveram trabalhos que, considerando a organização interna do ILIAZV, poderiam ser tomados como relacionadas a uma linha de pesquisa interessada em “lida[r] com as funções sociais da linguagem e da literatura, baseada em uma abordagem de modo geral sincrônica e descritiva” (Brandist, 2012, p. 142).

Logo, não é sem motivo que, desde 1926, Volóchinov faz avançar uma série de considerações em torno dos diferentes tipos de comunicação social – ou, se se quiser, diferentes tipos de interação discursiva. No ensaio “A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica”, deixando ver uma distinção entre a comunicação social de caráter cotidiano e os diferentes tipos de comunicação social de caráter ideológico – isto é, relativos aos campos de criação da cultura –, o linguista russo faz menção a uma *comunicação cotidiana*, a uma *comunicação artística* – também denominada “comunicação estética” –, a uma *comunicação política*, a uma *comunicação jurídica* e a uma *comunicação moral* (cf. Volóchinov, 2019, p. 116). Posteriormente, em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, o estudioso acrescenta a existência de uma *comunicação religiosa*, de uma *comunicação científica* e de uma comunicação da imprensa (cf. Volóchinov, 2018, p. 99, 112 e 215). Assim, numa síntese das ideias de Volóchinov, Gomes (2024a) propõe a seguinte representação gráfica:

Imagem 1- O discurso e as práticas sociais em Volóchinov



Fonte: Gomes (2024a).

Com efeito, Volóchinov não estava sozinho em seu interesse por pensar as particularidades discursivas de cada campo de criação da cultura. Tanto é assim que, em 1928, já no primeiro capítulo de *O método formal nos estudos literários*, Medviédev, seu amigo de ILIAZV, a partir de uma posição materialista, demonstra interesse pelo que chama de “superestruturas ideológicas” (Medviédev, 2012, p. 43) – isto é, os campos de criação da cultura – e assevera:

o que falta é justamente um estudo sociológico elaborado sobre as particularidades específicas do material, das formas e dos propósitos de cada campo da criação ideológica. Com efeito, cada um desses campos tem sua linguagem, com suas formas e métodos, suas leis específicas de refração ideológica da existência comum. Nivelar todas essas diferenças, desprezar a diversidade fundamental dessas linguagens, é o que há de menos peculiar no marxismo.

A especificidade da arte, da ciência, da moral, da religião, não deve, obviamente, encobrir a unidade ideológica desses campos enquanto superestruturas sobre uma base única, penetradas por uma única lei socioeconômica; no entanto, essa especificidade não deve apagar-se em prol de fórmulas gerais dessa lei. (Medviédev, 2012, p. 44).

Para o confrade de Bakhtin e Volóchinov, frente a essa constatação, resta clara a necessidade de enfrentar o que entende como “duas séries de problemas fundamentais”, quais sejam, por um lado, “os problemas das particularidades e das formas do material ideológico organizado como material dotado de significado”, e, por outro lado, “os problemas das particularidades e das formas de comunicação social que realizam esse significado” (Medviédev, 2012, p. 50). E é como efeito dessa necessidade, então, que Medviédev avança, por exemplo, uma contestação quanto à maneira como os signatários do método formal russo pensavam as particularidades do discurso que se inscreve no campo da literatura, assumido, por eles, como “linguagem poética” (Medviédev, 2012, p. 138).

Assim como seus confrades, Bakhtin também destaca a necessidade de um olhar atento para a relação entre o discurso e as práticas sociais em que o inscrevemos. Nessa direção, vale relembrar o que o filósofo escreve no texto de arquivo “Os gêneros do discurso”, datado de 1952-1953:

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. **Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo** não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima detudo, por sua construção composicional. **Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação.** (Bakhtin, 2016, p. 11-12, grifo nosso).

Considerando, pois, que a questão da relação entre atividade discursiva e práticas sociais se mostra importante na obra dos estudiosos russos e considerando, também, que Bakhtin e seus confrades exercem uma ampla influência na linguística brasileira – influência que se plasma na inusitada e exclusiva menção nominal a um autor, Bakhtin, em um documento parametrizador nacional para o ensino de língua portuguesa (cf. Brasil, 2000, p. 6) –, não soa estranho que a referida questão ganhe destaque nas orientações quanto ao processo de ensino-aprendizagem de língua materna no Brasil. Daí, então, parecer um tanto natural que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sustente o entendimento de que as práticas de linguagem – a saber, leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica – devam ser organizadas em função do campos de atuação (Brasil, 2018, p. 83-86 e 501ss), tal como resumido na imagem a seguir:

Imagem 2 – O discurso e as práticas sociais na BNCC

ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO
ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	
Campo da vida cotidiana		Campo da vida pessoal
Campo artístico-literário	Campo artístico-literário	Campo artístico-literário
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa	Campo das práticas de estudo e pesquisa
Campo da vida pública	Campo jornalístico-midiático	Campo jornalístico-midiático
	Campo de atuação na vida pública	Campo de atuação na vida pública

Fonte: Brasil (2018).

Ora, tendo em mente que esse brevíssimo percurso histórico já indica certa relevância da discussão a respeito da relação entre atividade discursiva e práticas sociais, algumas questões parecem

se impor. A mais importante dessas questões, certamente, pode ser colocada nos seguintes termos: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? Em outras palavras: como fundamentar a distinção entre determinado campo/domínio/esfera/universo e outro campo/domínio/esfera/universo?

Na tentativa de encontrar uma resposta para essa questão, a pesquisa de que este texto é um dos produtos buscou lidar com a reflexão do filólogo, linguista e filósofo da linguagem romeno Eugenio Coseriu [1921-2002] a respeito dos universos de discurso. De fato, aos nossos olhos, a reflexão de Coseriu, tomada em si mesma, não trouxe uma resposta que pudéssemos considerar satisfatória. Contudo, justamente a partir da contribuição de Coseriu, foi possível estabelecer uma outra resposta, a partir de outro estudioso: o filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban [1873-1952].

Assim, para apresentar a referida pesquisa, este texto se organiza em duas grandes seções. Na primeira, é apresentada a discussão de Coseriu sobre os universos de discurso, tal como aparece no ensaio “Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar”, de 1955-1956, e no trabalho “*Orationis fundamenta*, a prece como texto”, original de 2000¹. Na seção seguinte, a partir das contribuições de Wilbur Marshall Urban, é realizado um esforço para responder à questão proposta – a saber, a questão de como fundamentar a distinção entre determinado campo/domínio/esfera/universo e outro campo/domínio/esfera/universo. Por último, são apresentadas algumas considerações finais.

¹ Estamos cientes de que Coseriu usa o conceito de “universos de discurso” em outras obras. Contudo, assim como Kabatek (2023a; 2023b), estamos convencidos de que os textos de 1955-1956 e 2000 contêm o essencial para discutir o referido conceito.

1 Eugenio Coseriu e os universos de discurso

Eugenio Coseriu não é um personagem de todo desconhecido no cenário da linguística brasileira. Testemunha a esse respeito uma série de fatos, que vai desde as várias palestras que proferiu no Brasil a partir da década de 1950 (cf. Altman, 2021) até a publicação de algumas de suas obras em português (e.g., Coseriu, 1979b; 1980), passando pela troca de correspondências com importantes estudiosos brasileiros – tais como Serafim da Silva Neto, Mattoso Câmara Jr. e Evanildo Bechara – e pelo recebimento do título de *Doutor Honoris Causa* tanto na Universidade Federal Fluminense quanto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Não obstante, suas contribuições mais conhecidas em terras brasileiras ainda se restringem à interação com o estruturalismo, de modo que parece um tanto pertinente trazer à lume seu pensamento em torno da atividade linguística, âmbito em que se encontra sua reflexão sobre os universos de discurso. Para tal, vale começar pelo começo.

1.1 Os universos de discurso em “Determinação e entorno”

Como é de conhecimento um tanto disseminado nos círculos linguísticos, no ano de 1952, Eugenio Coseriu faz vir a público o texto monográfico “Sistema, norma e fala”, que mostra com clareza o quanto o linguista romeno se desvencilha da distinção entre *langue* e *parole*, presente no *Curso de linguística geral*, creditado a Ferdinand de Saussure [1857-1913]. A esse respeito, convém lembrar as palavras do próprio autor:

nosso conceito de língua não coincide de nenhum modo com o enunciado por Ferdinand de Saussure e seus continuadores: para nós, a “língua” situa-se num momento ulterior à análise da linguagem como fenômeno concreto e corresponde mais à linguística histórica do que à teórica. (Coseriu, 1979c [1952], p. 16).

Ainda quanto a essa rejeição à distinção entre *langue* e *parole*, cabe recordar que, no mesmo texto, Coseriu assevera uma “insuficiência da dicotomia, que, ou não esgota a complexa realidade da linguagem, ou deve necessariamente unir aspectos heterogêneos sob um mesmo rótulo” (Coseriu, 1979c [1952], p. 35).

A bem da verdade, o estudioso romeno afirma que o objetivo desse seu texto de 1952 não é “desenvolver [...] uma teoria pessoal da *parole*”, mas, sim, examinar, de um “ponto de vista metodológico” (Coseriu, 1979c, p. 15), a proficuidade da distinção tripartite – a saber, *esquema, norma estabelecida e fala* – proposta por Louis Hjelmslev [1899-1965] e János Lotz [1913-1973] na Conferência de Semântica de 1951, em Nice. Entretanto, alguns anos depois, Coseriu resolve tomar para si a tarefa de avançar aquilo que, em tempos anteriores, designaria como “teoria pessoal da *parole*”.

Estritamente falando, isso ocorre a partir do estudo intitulado “Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar”, original de 1955-1956. Ali, o autor se lança a uma reflexão epistemológica sobre a linguística, assumindo que “o objeto da linguística (‘ciência da linguagem’) só pode ser a *linguagem*, em todos os seus aspectos. E a linguagem ocorre concretamente como *atividade*, ou seja, como *falar*” (Coseriu, 1979a, p. 211). Assim, o linguista romeno reforça sua rejeição à distinção saussuriana entre *langue* e *parole* e deixa de fazer menção a uma “linguística da *parole*”, apontando, em vez disso,

a necessidade de uma “linguística do falar” (Coseriu, 1979a, p. 211ss), ou seja, de uma linguística da atividade linguística.

É justamente nessa altura que, retomando uma reflexão aristotélica, Coseriu advoga que qualquer atividade – portanto, também o falar, isto é, a atividade linguística – tem a possibilidade de

ser considerada: (a) como tal [i.e., como atividade], *κατ'ἐνέργειαν*; (b) como atividade em potência, *κατὰ δύναμιν*; e (c) como atividade realizada em seus produtos, *κατ'ἔργον*. Não se trata, evidentemente, de três atividades distintas, mas de três aspectos, ou melhor, de três maneiras de considerar a mesma realidade. Por outro lado, o falar é uma atividade universal que se realiza por indivíduos particulares, enquanto membros de comunidades históricas. Portanto, pode ser considerado em sentido universal, em sentido particular e em sentido histórico. (Coseriu, 1979a, p. 212).

Como se pode ver, essa consideração de Coseriu põe em cena a necessidade de se pensar a atividade linguística sob três pontos de vista: o ponto de vista da atividade mesma – *ἐνέργεια* –, o ponto de vista da atividade em potência – *δύναμις* – e o ponto de vista da atividade manifesta em produtos – *ἔργον*. Além disso, o autor afirma que o falar, em seu sentido amplo – ou seja, a atividade linguística –, compreende um nível universal, um nível individual e um nível histórico.

A partir dessa compreensão, Coseriu faz duas relevantes observações a respeito da necessidade de “uma nova linguística do falar” (Coseriu, 1979a, p. 213). Para ele, em primeiro lugar, essa nova linguística do falar, em seu sentido amplo, se justifica pelo fato de que, não sendo tributária da distinção entre *langue* e *parole*, ela pode operar uma importante inversão:

não há que [se] explicar o falar do ponto de vista da língua, e sim vice-versa. Isso porque a linguagem é concretamente falar, atividade, e porque o falar é mais amplo que a língua: enquanto a língua se encontra inteiramente contida no falar, o falar não se encontra inteiramente contido na língua. Em nossa opinião, há que [se] inverter o conhecido postulado de Saussure: em vez de colocar-se no terreno da língua, “é necessário colocar-se primeiramente no terreno do falar e tomá-lo como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (inclusive da “língua”). E, em vez de considerar, como Pagliaro a *parole* como “o momento subjetivo da *língua*” [...], seria mais conveniente considerar a língua como “o momento historicamente objetivo do falar”. De nosso ponto de vista, o estudo da língua é estudo dum aspecto do falar, que não é abstrato nem exterior ao próprio falar e que, naturalmente, é fundamental, pois o falar é sempre histórico: é sempre “falar uma língua”. (Coseriu, 1979a, p. 213).

Em adição a isso, e na condição de segunda observação, o autor considera que, uma vez aceita a sua proposta tripartite, a nova linguística do falar, em seu sentido amplo, permitiria estabelecer uma linguística do falar, em seu sentido estreito, isto é, uma linguística da atividade linguística como tal, da *enérgeia*, com vistas ao nível universal. De fato, Coseriu chega a dizer que autores como Alan Gardiner [1879-1963], Charles Bally [1865-1947], Leonard Bloomfield [1887-1949] e Karl Bühler [1879-1963] deram contribuições relativamente elaboradas para isso. Todavia, segundo Coseriu (1979a, p. 214), tais contribuições, “além de carecerem de sistematização, permanecem, em grande parte, inoperantes no plano descritivo, por serem consideradas como pertencentes à linguística teórica”. Assim, seria preciso estabelecer essa linguística do falar, em sentido estreito, como “uma linguística descritiva, uma verdadeira *gramática do falar*” (Coseriu, 1979a, p. 214).

Ora, é com isso em seu radar que o linguista romeno assevera:

o objeto próprio da ‘gramática do falar’ [i.e., da linguística do falar, em sentido estreito] seria, pois, a técnica geral da atividade linguística. Sua tarefa deveria ser a de reconhecer e descrever as *funções* específicas do falar κατ’ἐνέργειαν [i.e., enquanto *enérgeia*] e a de indicar seus possíveis *instrumentos*, que tanto podem ser verbais quanto extraverbais. (Coseriu, 1979a, p. 215).

Como se pode observar, nessa passagem se torna nítido que, do ponto de vista coseriano, a atividade linguística, enquanto tal, executa algumas *funções* a partir de alguns *instrumentos*, os quais podem se materializar em palavras ou não. Assim, na continuidade de seu estudo, o autor escolhe se concentrar na *determinação*, enquanto um “conjunto de operações” (Coseriu, 1979a, p. 215) – as quais, diríamos, cooperam para uma função –, e nos *entornos*, enquanto “instrumentos circunstanciais da atividade linguística” (Coseriu, 1979a, p. 215).

Aqui, mais importante do que avançar passo a passo no tratamento que Coseriu dá à determinação e aos entornos é observar que, na reflexão do linguista romeno, o conceito designado pela expressão “universo de discurso” surge justamente como sendo um dos tipos de entornos. E é nessa circunstância, então, que o estudioso estabelece a seguinte definição:

por *universo de discurso* entendemos o sistema universal de significações a que pertence um discurso (ou um enunciado) que determina sua validade e seu sentido. A literatura, a mitologia, as ciências, a matemática, o universo empírico, enquanto “temas” ou “mundos de referência” do falar, constituem “universos de discurso” (COSERIU, 1979a [1955-56], p. 234).

Com efeito, o trecho supracitado já é um tanto claro a respeito do conceito proposto. Entretanto, aos nossos olhos, é somente na virada do século XX para o século XXI que Coseriu dará sua contribuição decisiva para o estabelecimento da ideia de universo de discurso.

1.2 Os universos de discurso em “*Orationis fundamenta*”

No ano 2000, por ocasião do *Congresso Internazionale “Orationis Millennium”*, Coseriu proferiu uma palestra intitulada “*Orationis fundamenta*, a prece como texto”. Posteriormente publicada nas atas do referido congresso e, logo em seguida, no periódico *Rilce. Revista de Filología Hispánica*, o texto de Coseriu é um lugar privilegiado para quem deseja conhecer sua reflexão sobre o conceito de “universo de discurso”.

Como se pode observar logo de início, o objetivo do linguista romeno, com “*Orationis fundamenta*”, não é outro senão “caracterizar a oração do ponto de vista linguístico e como texto [i.e., discurso]” (Coseriu, 2010, p. 78)². Para tal, o autor estabelece, de partida, uma dupla exclusão. Em primeiro lugar, deixa claro que suas considerações não lidam com “a prece muda, destituída de forma linguística” (Coseriu, 2010, p. 78). O motivo parece evidente: sem se poder recorrer aos expedientes linguísticos, se torna inexequível qualquer investigação discursiva. Em segundo lugar, suas considerações não são realizadas tendo em conta as especificidades das “línguas historicamente determinadas (nessa ou naquela época de sua história)” (Coseriu, 2010, p. 78), mas, antes, buscam abranger

² Convém lembrar que, no desenvolvimento da linguística do texto de Coseriu, fica um tanto clara a ideia de que o texto, ou discurso – a alternância entre os termos provém do próprio autor –, é o produto do falar, ou seja, da atividade linguística.

a prece em termos gerais, ou seja, considerando as estruturas linguísticas que são típicas desse tipo de discurso.

Ainda em relação aos apontamentos preliminares, cabe observar que Coseriu, após fazer uma distinção entre os significados dos termos “oração”, “hino” e “invocação”, apresenta a definição de oração que tem em mente ao longo de sua reflexão. Para o autor, se trata da

unidade textual pertencente ao âmbito da religião na qual um sujeito humano (singular ou plural) pede, direta ou indiretamente, algo a uma Divindade, a um ser sobre-humano que se considera dotado de faculdades sobre-humanas ou até onipotência, com a convicção de que este ser pode (e pode estar disposto a) dar-lhe aquilo que pede. (Coseriu, 2010, p. 81).

Parece um tanto claro que a definição supracitada busca se valer do “modo histórico de ser [da oração]” (Coseriu, 2010, p. 81), ou seja, é uma definição que não parte de um ideário religioso, bem como preza em não fazer alusão a especificidades doutrinárias ou ritualísticas de uma determinada religião. Assim, para uma definição mais específica, alinhada ao que seria um ponto de vista religioso – ainda que geral –, Coseriu (2010, p. 81) apresenta a oração como uma “unidade textual no âmbito da religião, em que o sujeito humano singular ou plural pede, direta ou indiretamente, algo a Deus onipotente, com a convicção de que Deus está disposto a escutá-lo”.

Após apresentar tal definição, Coseriu (2010) põe em cena a questão do estatuto epistemológico da oração – e, consequentemente, da própria religião³. Em virtude da importância do trecho, vale trazê-lo *in extenso*:

³ Para que o sintagma “estatuto epistemológico da oração” – e outros sintagmas constituídos pelo termo “epistemológico” e suas variantes – esteja suficientemente claro, cabe dizer que, na esteira de Gomes (2024b), compreendemos a epistemologia na sua acepção de “investigação dos fundamentos”, que consiste em refletir sobre os limites e as condições de validade dos pressupostos, conceitos e métodos relativos a uma teoria ou a determinado objeto de estudo – neste caso específico, a oração, enquanto discurso. Observe-se que, de fato, uma investigação dos fundamentos da oração, enquanto discurso, é o que parece está posto desde o título do ensaio, qual seja, “*Orationis fundamenta, a prece como texto*”

o que caracteriza linguisticamente a prece é a absoluta *segurança* do sujeito que ora, tanto no que diz respeito à objetividade da concepção e interpretação do mundo e dos atributos de Deus que a prece implica ou declara, quanto no que diz respeito à possibilidade de se estabelecer o diálogo e a comunhão com Deus; e isso apesar da ausência de provas e argumentos ‘científicos’ (que a prece como tal ignora e deve ignorar) e apesar da distância incomensurável que separa o sujeito humano – limitado e moral – do Sujeito divino, absoluto e eterno. De onde a prece (o homem que reza) obtém essa segurança? Ou, em outras palavras: qual é o *status* lógico das afirmações contidas na prece sobre a objetividade do mundo, dos atributos de Deus e da relação do homem com Deus? (Coseriu, 2010, p. 82).

Como se pode observar, Coseriu (2010) assume que a grande característica da oração, ao menos de um ponto de vista linguístico, é a segurança expressa pelo sujeito que realiza a oração. E isso, é preciso dizer, não está relacionado a um interesse do estudioso romeno pelos fatores psicológicos; antes, revela seu interesse pelo fato de que tal segurança, manifesta em determinadas afirmações presentes em uma oração, aponta para um sujeito que opera sob certa lógica. Isso significa dizer que Coseriu (2010) está interessado nessa lógica, ou seja, em refletir sobre os aspectos epistemológicos da oração, enquanto discurso. Assim, para levar tal reflexão a cabo, o autor estabelece um diálogo crítico – e um tanto instigante – com a obra *Das Gebet und das Argument. Zwei Weisen des Sprechens von Gott. Einführung in die Theorie der religiösen Sprache* [A prece e o argumento. Duas maneiras de falar sobre Deus. Introdução à teoria da linguagem religiosa], do filósofo e teólogo alemão Richard Schaeffler [1926-2019].

Com efeito, aqui, não cabe apresentar ponto a ponto a análise que Coseriu (2010) faz da incursão de Schaeffler. Entretanto, numa breve síntese, parece pertinente registrar o seguinte:

(i) Coseriu (2010) concorda com Schaeffler no que diz respeito à **problemática**, assumindo, com o estudioso alemão, a necessidade de contestar as alegações do positivismo lógico quanto à verificabilidade das afirmações presentes na oração;

(ii) Coseriu (2010) concorda com Schaeffler no que diz respeito às **conclusões pragmáticas**, assumindo, com o estudioso alemão, que, por um lado, a oração apresenta uma lógica própria, distinta da lógica das ciências ditas “positivas”, e, em consequência disso, por outro lado, seria absurdo aplicar à oração, enquanto discurso, a lógica das referidas ciências;

(iii) Coseriu (2010) discorda de Schaeffler no que diz respeito ao **desenvolvimento de seu raciocínio**, alegando que o estudioso alemão teria feito concessões desnecessárias e um tanto arriscadas, como o seu recurso – ainda que provisório – a conceitos positivistas, seu recurso ao conceito de “forma simbólica”, de Ernst Cassirer [1874-1945], e, especialmente, seu recurso ao conceito de “jogos de linguagem”, de Ludwig Wittgenstein [1889-1951];

(iv) Coseriu (2010) alega que a **conclusão teórica** de Schaeffler – a qual afirmaria que “na prece (e na linguagem religiosa em geral), a linguagem tem funções ‘transcendentais’, no sentido de ser condição prévia da experiência religiosa e da respectiva concepção e interpretação do mundo” (Coseriu, 2010, p. 83) – precisa ser ajustada, pois, em virtude do recurso aos conceitos de “forma simbólica” e “jogos de linguagem”, dá a entender algo indevido, a saber, que a linguagem determina “o ser dos entes aos quais denomina” (Coseriu, 2010, p. 90).

É na esteira dessa análise que o estudioso romeno passa a expor uma alternativa: em vez de raciocinar sobre a oração, enquanto discurso, a partir do “conceito híbrido e superficial

de *Sprachspiel* [jogo de linguagem] de Ludwig Wittgenstein” (Coseriu, 2010, p. 89), seria mais pertinente refletir a partir do conceito de “universo de discurso”. Para tal, Coseriu (2010) nos lembra, brevemente, que este último conceito entra em cena na lógica de George Boole [1815-1864] e, depois, ganha espaço na filosofia da linguagem, onde o exemplo é o filósofo, já mencionado, Wilbur Marshall Urban⁴. Mais importante do que isso, o autor recorda que, como visto nas páginas anteriores, ele próprio trabalhou com tal conceito no ensaio “Determinação e entorno”, de 1955-1956. Assim, é considerando a definição presente nesse ensaio que Coseriu (2010) se propõe a apresentar alguns esclarecimentos e modificações atinentes ao conceito de “universo de discurso”.

Com efeito, o primeiro esclarecimento vem junto com uma proposta de ajuste na conclusão teórica de Schaeffler. Mais precisamente, isso se dá quando Coseriu (2010, p. 92) assevera que seu conceito de “universo de discurso”, apresentado em 1955-1956, não trata de “universos de mera expressão linguística, mas de universos nos quais a linguagem se apresenta cada vez como manifestação de um modo autônomo de conhecer (distinção dos modos de ser e atribuições desses modos de ser a certos ‘entes’)”. Para o estudioso romeno, esse entendimento permite refinar a conclusão teórica de Schaeffler, admitindo que a linguagem

não cria os entes, as ‘coisas’ naturais ou de algum modo objetivas, às quais atribui um determinado modo de ser; [...] tampouco cria, no sentido próprio do termo, o ser que se atribui às ‘coisas’: mas antes, reconhece e delimita modalidades do ser nas próprias ‘coisas’ e por isso é delimitação de espécies ou, como se diz agora, de ‘classes’ de entes (classes que, naturalmente, do

⁴ George Boole apresenta o conceito de “universo de discurso” no terceiro capítulo de sua obra de 1854, comumente conhecida como *The Laws of Thought*. Quanto a Wilbur M. Urban e seu tratamento dos universos de discursos, Coseriu os conhece por meio da obra *Language and Reality*, original de 1939. Parece pertinente dizer que a relação de Coseriu com a obra de Urban é um tanto significativa, como bem demonstra Munteanu (2019).

ponto de vista de sua objetividade, podem também ser classes de um só membro e inclusive classes vazias). (Coseriu, 2010, p. 92).

Em outros termos, se, de acordo com Coseriu (2010), a conclusão teórica de Schaeffler – vale lembrar: a qual afirmaria que “na prece (e na linguagem religiosa em geral), a linguagem tem funções ‘transcendentais’, no sentido de ser condição prévia da experiência religiosa e da respectiva concepção e interpretação do mundo” (Coseriu, 2010, p. 83) – tem sua clareza e sua solidez prejudicada pelo recurso do autor aos conceitos de “forma simbólica” e “jogos de linguagem”, se torna necessário deixar bem assentado que a criação – ou, se se quiser, a delimitação – dos entes, bem como do modo determinado de ser dos entes, ocorre por meio da linguagem, mas não é um expediente exclusivamente linguístico.

O segundo esclarecimento, por sua vez, é um tanto mais simples. Em poucas palavras, Coseriu (2010) assume que os diferentes mundos, isto é, os distintos âmbitos do conhecimento, constituem uma unidade ideal, a que se pode denominar “universo vital do homem” (Coseriu, 2010, p. 93).

É, então, na sequência de tais esclarecimentos que o autor avança as modificações anunciadas, as quais, de fato, parecem ser o centro de “*Orationis fundamenta*”: por um lado, o estabelecimento de uma distinção clara entre os conceitos de “universo de discurso” e “mundo conhecido”; por outro lado, a delimitação de quatro, e apenas quatro, universos de discurso.

Estritamente falando, se, no texto da década de 1950, Coseriu (1979a) flutuava entre os termos “mundo” e “universo”, agora, em seu trabalho da virada de milênio, o estudioso romeno abandona a flutuação terminológica, assumindo que, enquanto

o conceito de “universo de discurso” diz respeito aos “modos básicos do conhecer humano” (Coseriu, 2010, p. 93), o conceito de “mundo conhecido” faz referência aos “‘objetos’ do conhecer e do saber” (Coseriu, 2010, p. 94).

De semelhante modo, se, no texto da década de 1950, Coseriu (1979a) elencava como exemplo, pelo menos, oito diferentes universos de discurso – a saber: literatura, mitologia, ciências, matemática, universo empírico, filosofia, gramática, humorismo –, agora, em seu trabalho da virada de milênio, o autor passa a sustentar a existência de somente quatro universos: “a) o universo da *experiência comum*; b) o universo da *ciência* (e da técnica cientificamente fundada); c) o universo da *fantasia* (e, portanto, da arte); e d) o universo da *fé*” (Coseriu, 2010, p. 93)⁵. Nessas circunstâncias, numa proposta que busca correlacionar os conceitos de “universo de discurso” e “mundo conhecido”, Coseriu (2010) advoga a existência de somente três mundos conhecidos:

a) *o mundo da necessidade e da causalidade* (no sentido kantiano), quer dizer, o mundo da experiência sensível corrente, ‘área de conhecimento’ própria da ciência empírica; b) *o mundo da liberdade e da finalidade* (também no sentido kantiano), quer dizer, o mundo das criações humanas ou da cultura em geral (incluídas as ciências e também as instituições públicas da religião e as cerimônias de culto), do qual o mundo da fantasia ou da arte é apenas uma parte, embora talvez mais claramente caracterizada; c) *o mundo da fé*. (Coseriu, 2010, p. 94).

Ao apontar os referidos mundos de conhecimento, Coseriu (2010) faz um comentário mais do que pertinente. Segundo

⁵ Para evitar mal-entendidos, assumimos a seguinte terminologia: *universo da experiência comum*, *universo da experiência científica*, *universo da experiência artística* e *universo da experiência de fé*. Evidentemente, nos trechos de citação, preservamos a terminologia do autor.

sugere o autor, o mundo da necessidade e da causalidade congrega “‘objetos’ do conhecer e do saber” (Coseriu, 2010, p. 94) que estão no centro da atenção de dois universos de discursos, nomeadamente, o universo da experiência comum e o universo da experiência científica. Tanto é assim que o universo da experiência científica – este modo do conhecer humano – “pode aceitar as ‘coisas’ da experiência corrente como corretamente conhecidas, mas também pode modificá-las, interpretá-las de forma diferente e remetê-las a outras ‘causas’, descobrir ‘coisas’ ignoradas pela experiência corrente etc.” (Coseriu, 2010, p. 94).

Tal comentário significa reforçar algo que já poderia ser admitido a partir das definições de “universo de discurso” e “mundo conhecido” apresentadas anteriormente: a distinção entre universo da experiência comum e o universo da experiência científica não se estabelece em virtude de objetos – afinal, estes apontam para os mundos conhecidos e não para os universos de discurso –, mas, sim, em virtude do modo de conhecimento. E como o mesmo pode ser dito em relação aos demais universos de discurso, resta claro que qualquer universo de discurso pode lidar com qualquer mundo conhecido, isto é, com qualquer objeto do conhecer e do saber, mas, que, nessa lida, por serem modos diferentes do conhecer humano, cada universo de discurso obedece a uma objetividade que lhe é própria. É por isso, inclusive, que, retomando Schaeffler, o linguista romeno admite que, no fundo, a oração e a teologia tratam das mesmas coisas, mas, que, enquanto a primeira obedece à objetividade do universo da experiência de fé, a segunda obedece à objetividade do universo da experiência científica (cf. Coseriu, 2010, p. 94).

A essa altura, é preciso observar que, ao conceber que os universos de discurso fundam “tipos autônomos de objetividade”,

Coseriu (2010, p. 95) não está apenas robustecendo sua oposição ao positivismo lógico, mas, também, preparando o terreno para sua alegação de que “é tarefa da linguística e da filosofia da linguagem estabelecer quais são a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade supostas em cada um desses universos [de discurso], e quais são suas relações recíprocas e suas características próprias”.

De fato, depois de estabelecer a referida tarefa, Coseriu (2010) passa a discutir a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade que caracterizam o universo da experiência de fé, que é o universo em que opera a oração, enquanto discurso. Quanto à objetividade, à subjetividade e à intersubjetividade que caracterizam os demais universos de discurso, o estudioso romeno apenas esboça uma apresentação.

A essa altura, então, parece possível apresentar uma breve síntese do raciocínio de Coseriu (2010):

(a) para o autor, a objetividade fundada no universo da experiência comum é aquela em que uma afirmação se justifica pela experiência sensível; a objetividade fundada no universo da experiência científica é aquela em que uma afirmação se justifica pelos achados da pesquisa científica; a objetividade fundada no universo da experiência artística é aquela em que uma afirmação se justifica pela experiência de criação e contemplação estética; e a objetividade fundada no universo da experiência de fé é aquela em que uma afirmação se justifica pela experiência com o que se considera “a ‘causa primeira’ do Universo” (Coseriu, 2010, p. 94). Assim, em termos de objetividade, é possível assumir que “cada afirmação pode ser comprovada somente no âmbito do universo de conhecimento [i.e., de discurso] e com respeito ao mundo que o compreende” (Coseriu, 2010, p. 96). Isso significa dizer, por exemplo, que seria

um erro tentar justificar afirmações do universo da experiência de fé por meio da pesquisa científica ou, inversamente, tentar justificar afirmações do universo da experiência científica por meio da pura e simples confiança absoluta;

(b) paralelamente, em termos de subjetividade, Coseriu (2010, p. 96) defende que, em cada universo de discurso, é possível ver o ser humano atuando de um modo específico: no universo da experiência comum, o homem atua no “modo ingênuo e irrefletido”; no universo da experiência científica, atua no “modo refletido”, a partir de uma objetividade vista como universal; no universo da experiência artística, atua no modo intuitivo; e no universo da experiência de fé, atua no modo “limitado e particular”, isto é, “dependendo de um sujeito absoluto que é Deus”. A despeito disso, para o autor, há um risco que circunda todos os universos de discurso, com a exceção do universo da experiência de fé: “o risco de tomar o sujeito empírico como absoluto e, conseqüentemente, a objetividade que ele mesmo provou ou estabeleceu como universal e absoluta, negando a validade e a legitimidade dos demais universos de conhecimento” (Coseriu, 2010, p. 96);

(c) finalmente, no que toca à intersubjetividade, o autor de *“Orationis fundamenta”* assume que, enquanto o universo da experiência de fé opera sob uma “dupla intersubjetividade: relação assimétrica de intersubjetividade entre homem e Deus [...] e relação sempre simétrica de intersubjetividade [...] entre todos os homens” (Coseriu, 2010, p. 99), os outros três universos de discurso operam sob uma intersubjetividade que “tende a ser projeção de sua própria subjetividade e, portanto, se manifesta como solidariedade de grupo” (Coseriu, 2010, p. 98).

2 Em busca dos critérios de delimitação

Como já pudemos observar, ao se ater a quatro, e somente quatro, universos de discurso, Coseriu (2010) o faz estabelecendo critérios de delimitação – vale lembrar: objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Desse modo, todo discurso que se faz considerando um determinado universo de discurso deve obedecer à objetividade, à subjetividade e à intersubjetividade que caracterizam o referido universo. Aos olhos de Coseriu (2010), é isso que ocorre com a oração, enquanto discurso, e, seria possível dizer, tende a ocorrer com qualquer outro discurso.

Ora, por mais generosa que possa ser a interpretação, o fato é que o conceito de “universo de discurso” também sofre de dificuldades. Johannes Kabatek (2023b), por exemplo, considera que o conceito coseriano passa de uma concepção histórica, presente em “Determinação e entorno”, para uma concepção mais universal, apresentada em “*Orationis fundamenta*”. Contudo, mais do que fazer coro à interpretação de Kabatek (2023b), parece legítimo questionar os critérios de delimitação estabelecidos por Coseriu ao apresentar o conceito de “universo de discurso”, em “*Orationis fundamenta*”.

Na condição de primeiro questionamento, cabe dizer que os conceitos manifestos por meio dos termos “objetividade”, “subjetividade” e “intersubjetividade” não são claramente definidos. E isso, por si só, já se estabelece como um problema para o leitor do texto de 2000.

Na condição de segundo questionamento, vale apontar que o estudioso romeno aparenta fazer algo similar ao que havia censurado nos procedimentos de Richard Schaeffler: mesmo

querendo contestar o positivismo lógico, assume o conceitual de um certo positivismo. Nesse sentido, a dificuldade de maior monta parece ser a utilização do conceito de “objetividade” como um critério para delimitação dos universos de discursos, especialmente, para delimitação do universo da experiência artística e do universo da experiência de fé.

Com efeito, nos discursos típicos do universo da experiência comum e do universo da experiência científica, não causa espécie existir, de maneira subjacente ou tácita, um questionamento sobre a objetividade – isto é, um questionamento metodológico, relativo ao que fundamenta uma dada informação, uma determinada alegação, um certo fato assumido como conhecido. Contudo, essa conotação metodológica que se aplica ao termo “objetividade” parece um tanto inapropriada para lidar com os discursos típicos do universo da experiência artística – por exemplo, o diálogo de uma peça teatral – e do universo da experiência de fé – por exemplo, a oração. Afinal, quando se busca discutir o que dá sustentação a um dado discurso relativo à arte ou à fé, se escorrega, respectivamente, do universo da experiência artística e do universo da experiência de fé para o universo da experiência científica e da técnica cientificamente fundada – a título de exemplo: na arte, isso ocorre com a crítica literária; na fé, com a teologia.

Quanto a esse segundo apontamento, é preciso deixar claro: a questão não é meramente terminológica. Quer dizer, não se trata de questionar o autor pela simples escolha de um termo, mas, sim, de apontar para o fato de que, ao utilizar determinado termo, Coseriu (2010) não lhe privou de uma conotação metodológica inapropriada. Além disso, não se trata de afirmar que o universo da experiência artística ou da experiência de fé sejam irracionais,

mas – no que parece ser a disposição do próprio Coseriu (2010) –, defender que a racionalidade de tais universos de discurso é de outra ordem e, por isso, não submissa à ideia de objetividade, tal como apresentada por Coseriu (2010).

Diante desse cenário, não é desatino admitir que, embora Coseriu (2010, p. 95) tenha assumido que “é tarefa da linguística e da filosofia da linguagem estabelecer quais são a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade supostas em cada um desses universos [de discurso], e quais são suas relações recíprocas e suas características próprias”, sua tentativa de realizar tal empreendimento não logrou êxito. Nessas condições, então, para responder à questão proposta inicialmente – vale recordar: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? –, recorreremos a um autor mencionado por Coseriu (2010), a saber, o filósofo norte-americano Wilbur Marshall Urban.

2.1 Wilbur Marshall Urban e os universos de discursos

É possível dizer que, até o presente momento, o trabalho de Urban é pouquíssimo conhecido no circuito acadêmico brasileiro, especialmente no que diz respeito às suas considerações sobre a linguagem. Essa constatação, muito antes de nos convocar a procurar causas, nos insta a dizer algumas palavras sobre a biografia do estudioso. Assim, é preciso registrar que Wilbur Marshall Urban se graduou na Universidade de Princeton (Nova Jersey), em 1895, e obteve seu doutorado na Alemanha, na Universidade de Leipzig, em 1897, após cooperar no laboratório de psicologia de Wilhelm Wundt [1832-1920]. Influenciado por

algumas das correntes filosóficas que dominaram a Alemanha a partir de meados dos anos 1800, como é o caso do neokantismo e da fenomenologia, Urban foi professor em diferentes universidades americanas. Em termos gerais, Urban ministrou suas aulas no Trinity College, de Hartford (Connecticut), bem como ensinou na Universidade de Harvard (Massachusetts), na Universidade de Princeton (Nova Jersey) e no Dartmouth College (New Hampshire), se aposentando após um bom período na Universidade de Yale (Connecticut). Em acréscimo, vale registrar que, entre 1925 e 1926, Urban presidiu a *American Philosophical Association*.

Posto isso, indo diretamente ao ponto, em uma obra de 1939, intitulada *Language and Reality: The Philosophy of Language and the Principles of Symbolism*, à altura do terceiro capítulo da primeira parte, Urban (1951) estabelece que o significado semântico [*semantic meaning*], além de ser formado por expressões linguísticas [*linguistic expressions*], tem em sua constituição uma comunidade de fala [*speech community*] – afinal, o que significa precisa significar para alguém – e um universo de discurso [*universe of discourse*] – afinal, a coisa significada precisa ser significada dentro de um âmbito específico (cf. Urban, 1951, p. 115-116). Isso quer dizer que a própria compreensão – “compreensão” nos termos de Wilhelm Dilthey [1833-1911], portanto, em oposição a “identificação”/ “reconhecimento” – de uma expressão linguística tem como condição “o reconhecimento mútuo do universo de discurso e dos pressupostos que o determinam” (Urban, 1951, p. 125)⁶.

⁶ Embora, em virtude de aparente redundância, esse nome, “significado semântico”, pareça questionável à primeira vista, é preciso dizer que, no interior da obra de Urban (1951), ele se mostra coerente, especialmente por estabelecer certa dependência de aspectos interacionais.

Para esclarecer o que seria compreender uma expressão linguística, o autor põe em cena o conceito de “intencionalidade”, recuperado do filósofo alemão Edmund Husserl [1859-1938]. Num raciocínio tão intrigante quanto intrincado, Urban (1951) sugere que a diferença entre um *signo simples*, como é o caso de uma nuvem carregada em relação à chuva, e um *signo expressivo*, como é o caso dos signos verbais em relação às coisas, é a intencionalidade – ou seja, a direcionalidade, o fato de que, na realização destes últimos, a mente está *apontando para, fazendo referência a*, enfim, indicando objetos e/ou estado de coisas – e que ela é, exatamente, aquilo que torna o signo expressivo passível de compreensão, enquanto o signo simples, por não ter intencionalidade, permanece nas raias da identificação (cf. Urban, 1951, p. 122).

Ainda nessa direção, o filósofo norte-americano recorre à noção de *suppositio*, do Escolasticismo. Numa formulação mais geral, Urban assume que a intencionalidade de uma expressão linguística é determinada por sua suposição (cf. Urban, 1951, p. 125)⁷. Numa formulação mais específica, o autor considera que “a intencionalidade das palavras [...] não inclui simplesmente a relação *prima facie* entre o que *significa* e o que é *significado*, mas também um contexto ou universo de discurso pressuposto” (Urban, 1951, p. 125)⁸. Assim, Urban (1951) não somente assume o universo de discurso como um integrante da intencionalidade das palavras, na condição de sua *suppositio*, mas, por entender que “a suposição de uma expressão linguística é parte de sua intencionalidade e a apreensão e reconhecimento da suposição, uma condição de compreensão” (Urban, 1951, p. 126)⁹, termina

7 No original: “the mutual acknowledgment of the universe of discourse and of the presuppositions which determine it.”. Em todas as citações de Urban, a tradução é de nossa responsabilidade.

8 No original: “the intentionality of words [...] includes not merely the *prima facie* relation between that which means and that which is meant but also a context or universe of discourse presupposed.”.

9 No original: “the supposition of a linguistic expression is part of its intentionality and the apprehension and acknowledgment of the supposition a condition of understanding.”.

por alçar o universo de discurso ao estatuto de *suppositio* que determina a intencionalidade da expressão linguística e que permite à expressão linguística, enquanto signo expressivo, ser compreendida¹⁰.

Mais adiante, no quinto capítulo da primeira parte, ao discutir a noção de contexto, o autor volta a esmiuçar seu conceito de “universo de discurso”. Ali, após versar sobre o contexto linguístico [*linguistic context*] e o contexto da vida [*vital context*] – também chamado, a partir de Bronislaw Malinowski [1884-1942], de “contexto de situação” [*context of situation*] –, Urban (1951) apresenta o universo de discurso como sendo um tipo de contexto específico, caracterizado por seu caráter limitado e por seu caráter discursivo. Conforme registra, “a determinação do significado é a passagem da referência ilimitada para a referência limitada, e a referência limitada é possível apenas a um contexto ou universo limitado” (Urban, 1951, p. 198)¹¹, logo, a importância do caráter limitado do universo de discurso está relacionada à capacidade de limitar a referência e, com isso, determinar o significado. De modo semelhante, considerando que o contexto da vida “corresponde ao ambiente, em primeira instância físico e secundariamente psicológico” (Urban, 1951, p. 199)¹², a importância do caráter discursivo do universo de discurso está justamente no fato de que, ao sugerir, desde o início, um vínculo com a comunicação, estabelece como equívoco qualquer redução do universo de discurso ao contexto da vida. Com efeito, o filósofo norte-americano não nega o

10 Cabe registrar que, como o próprio Urban (1951) assume em capítulo posterior, nessa apropriação da noção de *suppositio*, proveniente da Escolástica, o interesse maior está na “noção em si” (Urban, 1951, p. 201), quer dizer, na ideia de suposição. Isso significa que, para Urban (1951), não se trata de restabelecer a noção de *suppositio* “em sua antiga forma elaborada”, tampouco de “restabelecer certas implicações metafísicas em seu uso escolástico” (Urban, 1951, p. 200); antes, se trata de assumir que “o essencial dessa noção é este: o significado da palavra é determinado pela sua *suppositio*” (Urban, 1951, p. 201).

11 No original: “the determination of meaning is the passage from unlimited to limited reference and limited reference is possible only to a limited context or universe.”.

12 No original: “is equated with environment, in the first instance physical and secondarily psychological.”.

óbvio, isto é, que, em certo sentido, “um universo de discurso é, também, um contexto psicológico” (Urban, 1951, p. 199)¹³. E a esse respeito, inclusive, chega a pontuar que “a palavra ‘casamento’ evoca diferentes associações na mente do sacerdote e na mente do antropólogo” (Urban, 1951, p. 199)¹⁴. Entretanto, mesmo com uma nuance psicológica, o conceito de “universo de discurso” tem sua razão de ser por carregar consigo uma dependência da comunicação.

Em acréscimo a essas considerações – e esse é o ponto que nos interessa desde o início –, Urban (1951) pondera que a diferença entre dois universos de discurso não é instaurada por uma nuance psicológica, mas, sim, pelo caráter sistemático implicado no termo “universo”. Para o autor, enquanto um “todo de significado relativamente diferenciado”, cada universo de discurso possui “seu próprio significado imanente – seu sentido [*Sinn*], na distinção com referência [*Bedeutung*], ou referências particulares de seus componentes” (Urban, 1951, p. 199)¹⁵. Desse modo, recorrendo novamente à noção escolástica de *suppositio*, o autor considera que, assim como o universo de discurso é a *suppositio* que determina a intencionalidade da expressão linguística e que permite a compreensão de expressão linguística, cada universo de discurso tem a sua própria *suppositio*, que o condiciona. Nos seus próprios termos:

um universo de discurso é, então, condicionado por sua suposição e essa suposição é a presunção da realidade do universo em que o discurso toma lugar. O reconhecimento mútuo dessa suposição é a condição do discurso com significado ou inteligível. A condição

13 No original: “a universe of discourse is also a psychological context.”

14 No original: “the word ‘marriage’ does evoke different associations in the mind of the priest from those in the mind of the anthropologist.”

15 No original: “a relatively differentiated whole of meaning [...] its own immanent meaning – its *Sinn*, as distinguished from the *Bedeutung*, or particular references of its components.”

da significância [*meaningfulness*] de uma asserção ou proposição é, então, *não* que certas entidades sobre as quais a asserção é feita existam, no sentido de serem empiricamente verificáveis, mas que o universo de discurso em que essas entidades têm sua existência seja mutuamente reconhecido. (Urban, 1951, p. 201)¹⁶.

Aqui, a ideia de “reconhecimento mútuo” é fundamental. Afinal, ela reforça o caráter discursivo do conceito de “universo de discurso”, vale dizer, sua dependência da comunicação. E é isso que leva o autor a salientar: “um universo de discurso é tanto criado quanto mantido pelo reconhecimento mútuo, por parte dos sujeitos comunicantes, de certos pressupostos sem os quais o universo em questão não tem existência e as referências particulares dentro dele não têm significado.” (Urban, 1951, p. 199)¹⁷.

Embora a noção de *suppositio*, movimentada por Urban (1951), tenha sua legitimidade, é possível que o leitor mais atento fique com a impressão de que tal noção opera como um subterfúgio do filósofo norte-americano para não afirmar, com exatidão, o que promove a distinção entre um universo de discurso e outro. Entretanto, é preciso dizer que, quando se avança na leitura de Urban (1951), essa impressão não se sustenta.

No sexto capítulo da primeira parte, enquanto faz uma discussão sobre o problema da tradução em sua relação com a comunicação inteligível, Urban (1951) destina um tópico para o tratamento da tradução de um universo de discurso para outro universo de discurso. Ali, após reforçar seu entendimento de que

16 No original: “a universe of discourse is then conditioned by its supposition and that supposition is the assumption of the reality of the universe in which the discourse takes place. Mutual acknowledgment of that supposition is the condition of meaningful or intelligible discourse. The condition of the meaningfulness of an assertion or proposition is, then, not that certain entities about which the assertion is made exist, in the sense of being empirically verifiable, but that the universe of discourse in which these entities have their existence is mutually acknowledged.”.

17 No original: “a universe of discourse is both created and maintained by the mutual acknowledgment, on the part of communicating subjects, of certain presuppositions without which the universe in question has no being, and the particular references within it not meaning.”.

“a condição básica de toda comunicação inteligível – distinta da behaviorista” é justamente “o reconhecimento mútuo do mesmo universo de discurso e de seus pressupostos”, o autor afirma que o problema da tradução de um universo de discurso para outro “permite especificar esses pressupostos de forma mais definitiva” (Urban, 1951, p. 239)¹⁸. Num trecho que convém trazer *in extenso*, Urban (1951) detalha:

o que está pressuposto é o reconhecimento mútuo de certos valores. Este reconhecimento mútuo de valores condiciona toda comunicação inteligível – todo significado, em última instância, remonta aos valores [...]. Porém, a fim de que eles [i.e., os pressupostos] sejam mutuamente apreendidos e reconhecidos, eles devem estar *lá*, e transcender, em certo sentido, as mentes comunicantes. [...]

Há, então, tradução de um universo de discurso para outro e a compreensão mútua envolve tal tradução. A palavra “matrimônio”, como temos visto, significa uma coisa na boca de um jurista, outra na boca de um sacerdote e ainda outra na boca de um antropólogo. No entanto, é possível para um compreender o outro. Porém, o significado compreendido não consiste meramente na similaridade de referência – no sentido de referência ao mesmo fato behaviorista que é parte do casamento em qualquer sentido da palavra –, mas, sim, no compartilhamento, pelo menos imaginativamente, das suposições e valores que determinam o significado. (Urban, 1951, p. 239)¹⁹.

18 No original: “the basal condition of all intelligible – as distinguished from behavioral – communication [...] the mutual acknowledgment of the same universe of discourse and of its presuppositions [...] enables us to specify these presuppositions more definitely.”.

19 No original: “what is presupposed is the mutual acknowledgment of certain values. This mutual acknowledgment of values conditions all intelligible communication - all meaning ultimately goes back to values [...]. In order, however, that they be mutually apprehended and acknowledged, they must be there, and in some sense transcend the communicating minds. [...] There is, then, translation from one universe of discourse to another and mutual understanding involves such translation. Marriage, as we have seen, means one thing in the mouth of a jurist, another in the mouth of a priest and still another in the mouth of an anthropologist. It is, however, possible for the one to understand the other. But the meaning understood does not consist merely in the similarity of reference – in the sense of reference to the same behavioral fact which is part of marriage in any sense of the word - but rather to the sharing, imaginatively at least, of the suppositions and values which determines the meaning.”.

A fim de que não se incorra num equívoco de compreensão, é preciso dizer claramente: após estabelecer que o universo de discurso é a *suppositio* que determina a intencionalidade da expressão linguística e que permite a compreensão da expressão linguística, e após assumir que o próprio universo de discurso tem uma *suppositio* para chamar de sua, Urban (1951) assume que a *suppositio* de qualquer universo de discurso são os seus valores. Logo, diante da questão inicial da pesquisa – vale lembrar: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/esferas/universos em que se manifestam os discursos? –, a resposta de Urban parece uma só: o que possibilitaria estabelecer a distinção entre os diferentes universos em que se manifestam os discursos são os valores de cada um desses universos.

2.2 Urban e os valores

Frente a tal resposta, outras duas questões parecem se impor. Em primeiro lugar, é preciso perguntar: afinal, o que exatamente Urban (1951) entende por “valores”? Além disso, convém indagar: quais valores estruturam cada universo de discurso?

Como resposta a essas questões, é possível dizer que, no texto original de 1939, isto é, na obra *Language and Reality*, Urban não apresenta uma definição conceitual para o termo “valor”. Porém, quando versa sobre a relação entre intencionalidade e valor, o autor remete à discussão que realizou no livro *The Intelligible World: Metaphysics and Value*. Antes, porém, de irmos a esse texto de 1929, cabe uma regressão ainda maior.

Na obra *Valuation: Its Nature and Laws*, originalmente publicada em 1909, Urban escreve o seguinte:

o julgamento de valor foi, adequadamente, descrito como uma mera afirmação do significado do objeto para o sujeito, ou como uma apreciação. Quando digo que o objeto é bom ou bonito ou nobre, afirmo uma relação direta do objeto com meu sentimento e vontade, uma harmonia entre o objeto e minhas disposições subjetivas, [harmonia] que é relativamente independente do meu julgamento da existência do objeto ou julgamento da verdade da ideia que tenho do objeto. A existência é percebida; a verdade é pensada; o valor é sentido. Mas enquanto os predicados de valor são em primeiro lugar sentidos e não conhecidos, enquanto eles estão no terceiro lugar removidos da objetividade pura, no entanto, é pressuposto em toda apreciação, em todo julgamento de valor, uma referência à realidade e à verdade. Essa referência vem à tona assim que faço perguntas como estas: o objeto é realmente bom ou útil? É verdadeiramente nobre ou bonito? O sentimento de valor inclui o sentimento de realidade. Significados apreciativos pressupõem significados de realidade. (Urban, 1909, p. 21)²⁰.

De fato, essa consideração não é, exatamente, uma definição. Entretanto, é possível que o leitor de Urban se sinta tentado a ver nela uma definição de cunho psicológico, em que o valor é visto como uma relação. Aqui, então, é preciso lembrar que, em artigo de 1916, intitulado “Value and Existence”, Urban rejeita tanto as definições que tomam o valor como uma *qualidade* quanto as definições que tomam o valor como uma

²⁰ No original: “The judgment of value has accordingly been described as a mere assertion of the meaning of the object for the subject, or as an appreciation. When I say that the object is good or beautiful or noble, I assert a direct relation of the object to my feeling and will, a harmony between the object and my subjective dispositions which is relatively independent of my judgment of existence of the object or judgment of the truth of the idea I have of the object. Existence is perceived; truth is thought; value is felt. But while the worth predicates are in the first place felt and not cognised, while they are at the third remove from pure objectivity, nevertheless, there is presupposed in every appreciation, in every judgment of value, a reference to reality and truth. This reference comes to the surface as soon as I ask such questions as these: is the object really good or useful? Is it truly noble or beautiful? The feeling of value includes the feeling of reality. Appreciative meanings presuppose reality meanings.”.

relação. De acordo com o filósofo, “à questão ‘o valor é uma qualidade ou uma *relação*?’ , podemos responder sem hesitação: em última instância, nenhuma das duas!” (Urban, 1916, p. 460)²¹. Conforme escreve Urban, é possível “reconhecer que o valor é um indefinível como a existência. O predicado de valor, tal como o de existência, corresponde a uma noção que nós podemos compreender, mas não a um conceito que nós podemos definir” (Urban, 1916, p. 460)²².

A essa altura, convém recordar que, ao fazer tais asserções no texto de 1916, o autor não deixou de ter em mente a consideração supracitada de 1909. É isso o que podemos ver com a seguinte nota complementar, presente no artigo de 1916:

aqui, devo me precaver contra um mal-entendido. A negação de que o valor pode, em última instância, ser definido como uma relação não significa que definições relacionais não sejam úteis. A posição tomada aqui é totalmente consistente com aquela mantida em meu *Valuation*, etc., na qual *pareço* [ênfase de Urban!] definir valor como significado volitivo afetivo, e em termos de sua relação com o interesse. Mas devo lembrar que eu estava preocupado com a definição e análise da consciência do valor, e disse explicitamente que apresentava os equivalentes psicológicos do valor, sendo o próprio valor, como sustentei lá e em outros lugares, em última instância, indefinível. (Urban, 1916, p. 455)²³.

Aqui, já é possível findar nossa regressão e retornar ao já mencionado *The Intelligible World*, de 1929. Afinal, nesse livro,

21 No original: “To the question, is value a quality or a relation, we may unhesitatingly answer: ultimately neither!”.

22 No original: “Now, without accepting all the implications of the broader view, we may at least recognize that value is an indefinable like existence. The value predicate, like the existential, corresponds to a notion that we can understand, but not to a concept that we can define.”.

23 No original: “here I must guard against a misunderstanding. The denial that value can ultimately be defined as a relation does not mean that relational definitions are not useful. The position taken here is wholly consistent with that maintained in my *Valuation*, etc., in which I *seem* to define value as affective volitional meaning, and in terms of its relation to interest. But I will recall that I was concerned with the definition and analysis of the consciousness of value, and explicitly said I gave the psychological equivalents of value, value itself being, as I have held there and elsewhere, ultimately indefinable.”.

após dizer que as definições relacionais – em que se destacam as definições assumidas como psicobiológicas e cosmológicas (cf. Urban, 1929, p. 135) – padecem de circularidade, ou seja, pressupõem aquilo que intentam definir, Urban volta a sustentar que o conceito expresso pelo termo “valor” é um conceito logicamente primitivo, logo, um conceito indefinível. Conforme escreve na terceira seção do quarto capítulo, “poucos de nós não percebem agora que o valor é um conceito logicamente primitivo, e não pode ser deduzido de, nem definido em termos de, qualquer outra coisa.” (Urban, 1929, p. 139)²⁴.

Ora, uma vez que *The Intelligible World*, como já dito, é a obra aludida por Urban quando da discussão sobre a relação entre intencionalidade e valor em *Language and Reality*, parece um tanto justo admitir que, neste texto de 1939, além de assumir que o que possibilitaria estabelecer a distinção entre os diferentes universos em que se manifestam os discursos são os valores de cada um desses universos, o filósofo norte-americano assume também seu entendimento já declarado em outros momentos, qual seja, o entendimento de que os valores são indefiníveis.

A fim de clarear esse último entendimento, é possível recordar as considerações do linguista francês Jean-Claude Milner, presente em obras como *O amor da língua*, original de 1978, *Introdução a uma ciência da linguagem*, publicada em 1989, e *Le Périple Structural: figures et paradigme*, de 2002. A partir do trabalho do filósofo alemão Heinrich Scholz [1884-1956], Milner (2021) assume que a ideia de “conceitos primitivos” ou “termos primitivos” – ou ainda, na terminologia de Urban, “conceito logicamente primitivo” – remonta à epistemologia aristotélica e diz respeito a conceitos indefiníveis,

24 No original: “There are few of us who do not now see that value is a logically primitive concept, and cannot be deduced from, nor defined in terms of, anything else.”.

que pressupõem uma inteligibilidade imediata e devem se adequar ao critério do mínimo absoluto. Nas palavras do próprio Milner, estamos frente ao “princípio da evidência: todos os axiomas e conceitos primitivos devem ser evidentes, o que dispensa demonstrá-los e defini-los” (Milner, 2002, p. 23)²⁵.

Assim, assumir os valores como indefiníveis não é uma resposta evasiva, como se poderia supor, mas, antes, é um entendimento plenamente condizente com algo que já vinha sendo asseverado em *Language and Reality*: o fato de que os valores contam com uma inteligibilidade imediata, ou, nos termos de Urban, o fato de que os valores – ainda que imaginativamente – são compartilhados pelos sujeitos da comunicação (cf. Urban, 1951, p. 239). Com isso, a indefinibilidade dos valores permite admitir que, *a priori*, não se pode dizer quais valores estruturam cada universo de discurso. Muito antes de serem passíveis de uma taxonomia, os valores que estruturam cada universo de discurso se apresentam como algo acordado entre os interagentes ao longo do processo discursivo. Em consequência disso, não é desatino afirmar: ao fim e ao cabo, o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro.

Considerações finais

Ao assumir que “é tarefa da linguística e da filosofia da linguagem estabelecer quais são a objetividade, a subjetividade e a intersubjetividade supostas em cada um desses universos [de discurso], e quais são suas relações recíprocas e suas características próprias” (Coseriu, 2010, p. 95), Coseriu considerava que a

²⁵ No original: “le principe de l'évidence: tous les axiomes et concepts primitifs doivent être évidents, ce qui dispense de les démontrer et de les définir.”.

suppositio de cada universo de discurso poderia ser pensada em termos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Contudo, a despeito dos esforços de Coseriu (2010), tal entendimento cria um impasse epistemológico – nomeadamente, assinala uma submissão a certo positivismo – que, ao que tudo indica, não estava nos projetos do autor, que questionou tal impasse na obra de Richard Schaeffler.

Diferentemente do estudioso romeno, Urban (1951) admitia que a *suppositio* de cada universo de discurso são os seus valores, que, em vez de estarem submetidos a certa lógica positivista, são apreendidos e reconhecidos mutuamente, no processo de interação dos sujeitos que integram determinada comunidade de fala.

Nessas condições, se é possível responder à questão inicial – vale repisar: quais critérios seria possível utilizar para estabelecer a distinção entre os diferentes campos/domínios/ esferas/universos em que se manifestam os discursos? –, diremos que a resposta de Urban (1939) parece mais apropriada: o critério de delimitação de cada universo de discurso é o outro, uma vez que é o outro quem apreende e reconhece os valores, assumidos como *suppositio* dos universos de discurso. E essa resposta, à medida que se afasta de uma lógica positivista, nos permite reforçar, agora a partir de Urban, um entendimento apresentado alhures, a saber, o entendimento de que, “no âmbito das ciências humanas – ou, para usar os termos de Volóchinov, no âmbito das ‘ciências das ideologias’ –, fica inviabilizada a previsibilidade positivista” (Gomes, 2025, p. 18).

Referências

- ALTMAN, Cristina. *A guerra estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira*. São Paulo: Parábola, 2021.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilingue. Tradução, introdução e notas de Paulo Pinheiro. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRANDIST, Craig. Primeiros projetos soviéticos de pesquisa e o desenvolvimento das ideias bakhtinianas: uma visão a partir dos arquivos. In: BRANDIST, Craig. *Repensando o círculo de Bakhtin: novas perspectivas na história intelectual*. Organização e notas de Maria Inês Campos e Rosemary H. Schettini. Tradução de Helenice Gouvea e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012. p. 135- 153.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Parte II: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.
- COSERIU, Eugenio. Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar. [1955-1956]. In: COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979a. p. 209-238.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- COSERIU, Eugenio. *Orationis fundamenta*, a prece como texto. In: COSERIU, Eugenio; LAMAS, Óscar Loureda. *Linguagem e discurso*. Tradução de Cecília Inês Erthal. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 77-104.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979b.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma e fala. [1952]. In: COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979c. p. 13-85.

GOMES, Filipe Almeida. O estudo da língua e a entonação expressiva: sobre a organização metodológica proposta por Volóchinov. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 24, p. 1-19, 2024a. e-1982-4017-24-19. DOI: 10.1590/1982-4017-24-19. Acesso em: 17 jan. 2025.

GOMES, Filipe Almeida. Valentin N. Volóchinov: um filósofo da ciência da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 66, n. 00, p. e024006, 2024b. DOI: 10.20396/cel.v66i00.8675803. Acesso em: 17 mar. 2025.

GOMES, Filipe Almeida. Valentin N. Volóchinov e a entonação expressiva: entre a tragédia e a glória. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], v. 20, n. 4, 2025. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/69280>. Acesso em: 19 dez. 2025.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Caráter das línguas: poesia e prosa. In: HUMBOLDT, Wilhelm von. *Ensaio sobre língua e linguagem*. [Recurso eletrônico]. Tradução de Hans Theo Harden e Orlene Lúcia S. Carvalho. Uberlândia, MG: UDUFU, 2021. p. 280-315.

JAKUBINSKIJ, Lev. *Sobre a fala dialogal*. Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha e Suzana Leite Cortez. São Paulo: Parábola, 2015.

KABATEK, Johannes. Discourse traditions and the historicity of language: discourse traditional knowledge and discourse universes. In: Winter-Froemel, Esme; De Toledo y Huerta, Álvaro S. O. *Manual of Discourse Traditions in Romance*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2023a. p. 103-122. DOI: 10.1515/9783110668636-005. Acesso em: 25 jan. 2025.

KABATEK, Johannes. *Eugenio Coseriu: Beyond Structuralism*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2023b. DOI: 10.1515/9783110716573. Acesso em: 25 jan. 2025.

MEDVIÉDEV, Pável N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

MILNER, Jean-Claude. *Le Périphe Structural: figures et paradigme*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

MILNER, Jean-Claude. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MUNTEANU, Cristinel. Wilbur Marshall Urban's Philosophical Influence on Eugenio Coseriu's Integral Linguistics. *Acta Universitatis Danubius. Communicatio*, v. 13, n. 1, p. 114-120, 2019. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=798154>. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. *Language and Reality: The Philosophy of Language and the Principles of Symbolism*. Ed. 2. London: George Allen & Unwin Ltd., 1951 [1939]. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.143055>. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. *The Intelligible World: Metaphysics and Value*. New York: The Macmillan Co., 1929. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.54696>. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. *Valuation: Its Nature and Laws*. New York: The Macmillan Co., 1909. Disponível em: <https://archive.org/details/valuationitsnatu032207mbp/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

URBAN, Wilbur Marshall. Value and Existence. *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, v. 13, n. 17, p. 449-465, Aug. 17, 1916. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2013492>. Acesso em: 25 jan. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In: VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin) *A palavra na vida e a palavra na poesia*: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 109-146.

VOLÓCHINOV, Valentin N. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.